

NC p4

O retorno do autoritarismo

Em algumas posturas registradas na Assembléa Nacional Constituinte nota-se a prevalência de certos maus hábitos brasileiros que acabam por viciar e inviabilizar notórias intenções de mudar para melhor.

Há 23 anos, o Congresso Nacional reclama, velada e claramente, e ultimamente em alto e bom som, da castração de muitos dos seus poderes por efeito do autoritarismo do movimento de 1964. A consciência democrática da Nação alinha-se com os parlamentares no sentido de buscar o restabelecimento de várias das prerrogativas do Legislativo, sem, no entanto, concordar com iniciativas setoriais que desejam colocar esse poder exercendo, em áreas que lhes são impróprias e descabidas, o mesmo autoritarismo de que foi vítima.

O relatório final da Subcomissão do Sistema Financeiro da Assembléa Nacional Constituinte oferece, ao observador, oportunidade para analisar um tipo de postura que deve ser condenado e verberado pela sociedade brasileira. Estabelece-se nesse pobre documento equivocado — pobre em conteúdo, em conhecimento da matéria e em pureza de intenções — a ditadura do Congresso sobre o sistema monetário, deixando transparecer uma absoluta ignorância do saber pertinente à área e avocando um monopólio que só poderia deixar extremamente mal a instituição legislativa, além de trazer evidentes e fatais prejuízos à independência dos poderes e às prerrogativas específicas do Poder Executivo.

O anteprojeto é daqueles justamente alcunhados como representativos de ignorância e de má-fé sem lacunas. Seu autor, o deputado Fernando Gasparian, deixa em posição incômoda seus mestres da língua portuguesa e seus apóstolos ideológicos da corrente de pensamento que diz professar. Confunde “padrão monetário” com “sistema monetário”, “matéria financeira” com “sistema financeiro” e arroga-se o direito questionável de postular mudanças pelo simples prazer de mudar, sem apresentar, em qualquer ponto, o mínimo conhecimento da pertinência da matéria sobre a qual foi chamado, certamente por equívoco, a relatar. Bem típico do seu lamentável desconhecimento da língua é o emprego da palavra “unicamente” na redação do artigo 1º do anteprojeto. Querendo (mas não sabendo formular) a idéia de que ao Estado compete, privativamente, emitir moeda etc., salu-se com este bestialógico: “Compete unicamente à União...”, restringindo, assim, os poderes do Estado Federal, ao invés de fixar sua abrangente competência...

E quase freudiana a obsessão do Sr. Gasparian contra os bancos privados, embora se apresente como “empresário privado”. Certamente, o relator é daqueles empresários que privatizam os lucros e querem o Estado socializando seus prejuízos... Ao preconizar a extinção das cartas-patentes, fazendo tábula rasa de seu valor patrimonial para as instituições bancárias, defende a abertura do setor financeiro para todos, esquecendo a experiência

brasileira da década de 50, quando a economia popular foi aviltada pela atuação de aventureiros do tipo que interessa ao Sr. Gasparian. Revelando incompreensível ignorância sobre a reciprocidade bancária entre as nações, quer proibir o funcionamento de bancos estrangeiros entre nós, o que fatalmente levaria ao fechamento do Banco do Brasil em vários países onde mantém atuação, além de ter péssima repercussão sobre os bancos credores da dívida externa. Mas não é só: o Sr. Gasparian revela hostilidade ao Conselho Monetário Nacional, que deseja extinguir, atribuindo, em contrapartida, ao Congresso a função de determinar a sustação temporária ou definitiva de deliberações e decisões do Poder Executivo referentes às políticas monetárias, de crédito e cambial. Mas ainda: enquanto o País quer liberar o Banco Central de dependências, não somente ao Presidente da República, mas também ao Poder Legislativo, o Sr. Gasparian, na contramão da História e da vontade da opinião pública, quer subordiná-lo ao Congresso.

E por despautérios como esses que se impõe a reformulação do relatório da Subcomissão do Sistema Financeiro. Afinal, área tão importante da economia não pode ficar sujeita à crassa inexistência de conhecimentos especializados e à má vontade da postura ideológica alienada do Sr. Gasparian. Afinal, o Congresso merece ter de volta suas prerrogativas — mas não certamente aquelas subtraídas da competência legítima dos demais poderes.